



**IDENTIFICACIÓN POLÍTICA NEGATIVA: UN ANÁLISIS A
PARTIR DEL COMPORTAMIENTO ELECTORAL DE LOS
ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS EN LAS ELECCIONES
PRESIDENCIALES DE 2018.**

**IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA NEGATIVA: UMA ANÁLISE A
PARTIR DO COMPORTAMENTO ELEITORAL DE ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018.**

**NEGATIVE POLITICS IDENTIFICATION: AN ANALYSIS BASED
ON THE ELECTORAL BEHAVIOR OF UNIVERSITY STUDENTS
IN THE 2018 PRESIDENTIAL ELECTIONS.**

Marco André Cadoná

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

marco14cadona@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1580-5234>

Valter de Almeida Freitas

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Brasil

valter.freitas@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7573-7563>

Resumen:

El artículo considera los resultados de una investigación, realizada entre la primera y segunda vuelta de las elecciones de 2018 en Brasil, con el objetivo de comprender la cultura política de los estudiantes universitarios. El análisis presentado se limita a las intenciones de voto de los estudiantes en la segunda vuelta de esas elecciones, así como a las motivaciones que justificaron sus elecciones entre los candidatos a gobernador y presidente de la República. Se argumenta que, especialmente en la definición del voto para presidente de la República, el contexto político-electoral de 2018 contribuyó a que la identificación política negativa, expresión de un proceso de no identificación con una de las agendas políticas en disputa, ganara significativa importancia en el comportamiento electoral de los jóvenes estudiantes encuestados.

Palabras clave:

Comportamiento Electoral; Jóvenes Universitarios; Identificación Política Negativa; Elecciones Presidenciales 2018.

Licencia Creative Commons Attribution
Nom-Comercial 3.0 Unported (CC BY-
NC 3.0) Licencia Internacional



**CUADERNOS DE SOFÍA
EDITORIAL**

Resumo:

São considerados no artigo os resultados de um levantamento, realizado entre o primeiro e o segundo turno das eleições de 2018 no Brasil, com o objetivo de compreender a cultura política de jovens universitários. A análise apresentada está circunscrita às intenções de voto dos estudantes no segundo turno daquelas eleições, bem como às motivações que justificaram suas escolhas entre os candidatos que disputavam o cargo de governador e de presidente da República. Argumenta-se que, especialmente na definição do voto para presidente da República, o contexto político-eleitoral de 2018 contribuiu para que a *identificação política negativa*, expressão de um processo de não identificação com uma das agendas políticas em disputa, ganhasse uma importância significativa no comportamento eleitoral dos jovens estudantes pesquisados.

Palavras-chave:

Comportamento eleitoral; Jovens Universitários; Identificação Política Negativa; Eleições Presidenciais de 2018.

Abstract:

The article considers the results of a survey, carried out between the first and second rounds of the 2018 elections in Brazil, with the aim of understanding the political culture of university students. The analysis presented is limited to the students' voting intentions in the second round of those elections, as well as the motivations that justified their choices among the candidates running for governor and president of the Republic. It is argued that, especially in defining the vote for president of the Republic, the political-electoral context of 2018 contributed to the negative politics identification, expression of a process of non-identification with one of the political agendas in dispute, to gain significant importance in the electoral behavior of the young students surveyed.

Keywords:

Voting Behavior; Young University Students; Negative Political Identification; 2018 Presidential Elections.

Introdução.

A análise aqui apresentada contempla algumas orientações políticas de estudantes universitários no contexto eleitoral que resultou na ascensão de uma agenda conservadora no governo brasileiro, com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL – Partido Social Liberal) para presidente da República. Como referência

empírica são considerados os resultados de uma pesquisa realizada entre o primeiro e o segundo turnos das eleições de 2018, com o objetivo de investigar a cultura política de estudantes de graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), localizada no município de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul.

A temática proposta não é nova nas ciências sociais que analisam a relação entre juventudes¹ e política no Brasil. Desde o processo de “abertura democrática” no País, na década de 1980, uma vasta bibliografia se desenvolveu com a preocupação de analisar a cultura política de jovens e, inclusive, de jovens universitários.

No entanto, sob o ponto de vista do comportamento eleitoral dos jovens (e de todo eleitorado brasileiro), o contexto político considerado colocou novas questões. As eleições de 2018 ocorreram em circunstâncias históricas de crise política no Brasil, iniciada ainda em 2014/2015. Uma crise política que ocorreu num contexto de agravamento das condições econômicas e de exacerbada polarização política no país. Que ganhou significado histórico diante das dificuldades do governo Dilma Rousseff (2011 – 2016), de manter o presidencialismo de coalizão dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT);² e das crescentes denúncias de corrupção, avolumadas pela Operação Lava Jato, cujas investigações revelaram o envolvimento de diferentes lideranças políticas, de diferentes partidos, em práticas de apropriação de recursos públicos e de abuso do poder para ganhos de benefícios ilícitos. E que desencadeou no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, no recrudescimento das políticas neoliberais durante o governo de Michel Temer (2016 – 2018) e na vitória de Jair Bolsonaro, nas eleições presidenciais de 2018. Observe-se, nesse sentido, que, depois de mais de três décadas do fim da ditadura militar (1964 – 1985) e de “democratização” no País, o vencedor da disputa eleitoral naquelas eleições foi um candidato abertamente identificado com valores não democráticos, inclusive conhecido pela defesa de instituições e pessoas diretamente vinculadas àquele regime ditatorial.

¹ “Juventude” é, ao mesmo tempo, uma condição social e uma representação. Ainda que haja uma determinada faixa etária, na qual os indivíduos completam o seu desenvolvimento físico e enfrentam mudanças psicossociais, isso ocorre num processo muito variado historicamente, pois em cada sociedade é possível encontrar modos diversos de lidar com esse tempo da vida humana. Essa diversidade se objetiva com base em condições sociais, culturais, geográficas, dentre outros aspectos que podem ser considerados. É a partir desse pressuposto, portanto, que no artigo se usa a categoria “juventudes”, para ressaltar a importância das experiências sociais vivenciadas pelos indivíduos e os contextos históricos nos quais essas experiências se concretizam. A categoria “juventudes”, assim, remete a um processo histórico de constituição de sujeitos, condicionado esse processo pelo “meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona” (DAYRELL, 2003, p. 41-2).

² Os governos liderados pelo PT, no período entre 2003 e 2016, foram sustentados por uma frente política formada pela “grande burguesia interna, força dirigente da frente neodesenvolvimentista”, distribuída por diversos setores da economia e unificada pela “reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro”. Mas, também, por amplos setores do operariado urbano e da baixa classe média, do campesinato e de trabalhadores desempregados e subempregados (BOITO JR., 2012, p. 7-10).

Acrescente-se àquele contexto de crise política a presença cada vez maior das redes sociais (Facebook, WhatsApp) na política, que facilitaram a disseminação geral de informações, de forma cada vez mais rápida, de modo a se tornarem espaços cada vez mais importantes de socialização política. Na medida em que ganharam importância, as redes sociais também passaram a ser espaços de disputa política e cada vez condicionadas por estratégias de manipulação da opinião e do comportamento individual e coletivo, inclusive através da disseminação de informações falsas (“fake news”).

Coloca-se em questão, então, o processo político que levou os jovens à definição de seus votos no segundo turno das eleições de 2018, quando Fernando Haddad (PT) e Jair Messias Bolsonaro (PSL) concorreram à presidência da República. E, ao colocar essa que é uma questão central na análise do comportamento eleitoral, argumenta-se que o contexto político-eleitoral de 2018 contribuiu para que a *identificação política negativa*, expressão de um processo de não identificação com uma das agendas políticas em disputa, se colocasse como condição de importância significativa no comportamento eleitoral dos jovens pesquisados.

Como indicado anteriormente, a pesquisa que sustenta empiricamente a análise foi realizada com estudantes de graduação da UNISC, de diferentes cursos e áreas do conhecimento, durante o período eleitoral de 2018. A pesquisa realizada, sob o ponto de vista de sua técnica de levantamento de dados, compreendeu a aplicação de um questionário nas duas semanas que antecederam a realização do segundo turno daquelas eleições, ou seja, entre os dias 15 e 26 de outubro daquele ano. Portanto, num período em que as eleições para os legislativos (estaduais e federal) já tinham ocorrido e no qual os candidatos que disputariam o segundo turno para cargos executivos (governadores e presidente da República) já estavam definidos. Foram aplicados 169 formulários de pesquisa, distribuídos entre as quatro áreas de conhecimento na Universidade (de forma proporcional ao número de estudantes existentes naquele momento na UNISC nas diferentes áreas de conhecimento): ciências humanas, ciências sociais aplicadas, ciências da saúde e engenharias/ciência da terra.³

³ A amostra de 169 estudantes, considerando o universo de estudantes de graduação da UNISC no primeiro semestre de 2018 (8.548 estudantes), permitiu que os dados fossem considerados com representatividade estatística, dentro de uma margem de erro de 7.0 pontos percentuais, com um nível de confiança de 95%. Esse cálculo do tamanho da amostra decorreu da utilização de fórmulas de Amostragem Aleatória Simples para a estimação de proporções. Nesse sentido, considere-se que na definição da amostra foram considerados: a) o *nível de confiança da estimativa* que, no caso específico, foi igual a 95%; b) o *erro absoluto*, que foi definido tomando-se como referência o universo de estudantes da graduação na UNISC, conforme matrículas realizadas no primeiro semestre de 2018; c) a *variabilidade dos dados*, medida através do *Produto PQ* (como estas informações não se encontravam disponíveis antes da realização do levantamento dos dados, utilizou-se o valor correspondente à maior variabilidade possível; este valor é $P = 0,50$ e $Q = 0,50$, sendo, portanto, $PQ = 0,50 \times 0,50 = 0,25$; desta forma, a amostra calculada será maior do que todas as outras amostras possíveis, considerando variabilidades menores e evitando o subdimensionamento amostral); d) o tamanho da população que, no caso, foi definido a partir do total de matrículas realizadas nos cursos de graduação na UNISC, no primeiro semestre de 2018.

O texto está organizado em duas partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na sequência, a partir da bibliografia especializada, levanta-se algumas questões relacionadas à cultura política dos jovens no Brasil, com destaque à discussão sobre a identificação política, a partir da qual se pretende indicar a importância do conceito de *identificação política negativa* na compreensão do comportamento eleitoral em contextos não somente de decréscimo dos sentimentos positivos em relação aos partidos políticos, mas também de negação de determinadas agendas políticas em disputa. Após, então, são apresentados e analisados os dados levantados através da pesquisa realizada. Mais especificamente, aqueles relacionados com as intenções de voto dos estudantes no segundo turno das eleições de 2018; e com as justificativas por eles indicadas na escolha de um dos dois candidatos que disputaram o cargo de governador (no Rio Grande do Sul) e de presidente da República naquelas eleições. Por fim, nas considerações finais, retoma-se a discussão sobre *identificação política negativa*, com o objetivo de propor algumas questões relacionadas às atitudes e aos comportamentos eleitorais de jovens universitários naquela conjuntura político-eleitoral.

1 A identificação política negativa no comportamento eleitoral.

A análise do comportamento eleitoral de jovens universitários permite que se considere questões importantes, referentes à cultura política das juventudes no Brasil.

A primeira delas está relacionada à participação política das juventudes. Uma questão que há muito tempo recebe atenção na bibliografia especializada, onde ainda permanecem desconfianças quanto ao engajamento político dos jovens. Desconfianças que decorrem de pesquisas e conclusões que ressaltam a “elevada rejeição” e a “baixa participação” das juventudes nos assuntos políticos; ou, então, o “desinteresse” com relação às tradicionais formas de atuar na política e sua baixa participação em conselhos e fóruns, no processo eleitoral e até mesmo em espaços voltados “para a promoção dos direitos sociais da juventude” (BOGHOSSIAN, MINAYO, 2009, p. 413).

Mais recentemente, contudo, diferentes autores têm enfatizado o protagonismo dos jovens, seja em mobilizações coletivas, seja na defesa de pautas políticas capazes de mobilizar diferentes forças sociais e políticas na sociedade brasileira. Maria da Glória Gohn, por exemplo, analisou a participação dos jovens em “dois cenários” recentes: as mobilizações de rua de 2013 e as ocupações em escolas públicas, por estudantes secundaristas, a partir de 2015 (GOHN, 2018). E argumentou que, nesses dois “cenários”, partindo de demandas localizadas (mobilidade urbana, em 2013, e contra as reformas na educação, em 2015 e 2016), os jovens “souberam mobilizar outras camadas da população, que saíram às ruas para apoiar suas demandas”; e impulsionaram repertórios de reivindicações para outros pontos e áreas, provocando questionamentos sobre políticas públicas, modos de gestão e formas de atuação política (GOHN, 2018, p. 118).

Conclusões próximas do que destacam, em nível internacional, algumas análises existentes sobre as mobilizações coletivas que ocorreram em diferentes partes do planeta, entre 2008 e 2013. Manuel Castells, por exemplo, registra a importante presença de jovens em mobilizações coletivas que, nas sociedades contemporâneas, têm demonstrado a “capacidade dos atores sociais desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses” (CASTELLS, 2013, p. 8). Para o sociólogo espanhol, os jovens têm se destacado na participação dessas mobilizações coletivas que, inclusive, estão criando um novo padrão de ações coletivas, no qual algumas características são importantes: 1. são ações coletivas conectadas em rede de múltiplas formas (através da internet, mas, também, através de relações que se estabelecem nos espaços locais); 2. suas pautas são, ao mesmo tempo, locais e globais (meio ambiente, dominação financeira, mercantilização dos espaços urbanos, relação governo e sociedade); 3. em termos de gênese, podem ter motivações espontâneas, geralmente desencadeadas por uma “centelha de indignação” (o suicídio de um ambulante, por exemplo, como motivação para protestos contra a violência policial, no caso da Tunísia); 4. são “virais”, seguindo a lógica das redes na internet, pois se difundem rapidamente nas redes; 5. sob o ponto de vista da tomada de decisões são horizontais, pois as decisões tendem a “ocorrer em assembleias e em comitês por elas designadas”, de modo geral com lideranças difusas e sem a necessidade de uma liderança formal; 6. elas não são facilmente cooptadas pelos partidos políticos e por movimentos sociais tradicionais, inclusive muitas delas expressam explicitamente sentimentos “apartidários”; 7. e, como ponto chave, são ações coletivas que propõem como utopia “a autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade” (CASTELLS, 2013, p. 134).

Embora essas não sejam as únicas características do padrão emergente de ação coletiva nesse período recente, elas indicam uma questão central na discussão sobre mobilizações coletivas na “era da internet”: suas origens não estão na internet (pois decorrem de contradições e de conflitos que estão presentes nas sociedades), mas essa é fundamental, pois “cria as condições para uma forma prática comum que permite a um movimento sem lideranças sobreviver, deliberar, coordenar, expandir” (CASTELLS, 2013, p. 135). Mais do que isso: são mobilizações coletivas que comungam com a internet uma cultura específica: “a cultura da autonomia, a matriz cultural das sociedades contemporâneas” (CASTELLS, 2013, p. 138). Um modo de ser, pensar, agir que enfatiza o processo de individualização dos comportamentos sociais e políticos, expressão da “capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses” (CASTELLS, 2013, p. 135).

Essa é uma segunda questão importante na análise do comportamento político dos jovens (não somente no Brasil), que decorre do processo de individualização como expressão de uma “matriz cultural das sociedades contemporâneas”. Como destaca Bernard Roudet, em sua análise sobre os novos tipos de participação política dos jovens, a partir do processo de individualização até mesmo a apatia, o desinteresse e o fraco envolvimento político podem ser interpretados como resultado de um processo biográfico, fortemente seletivo, no

qual nem sempre os modelos individuais coincidem com os modelos institucionalizados (ROUDET, 2004, p. 17-8).

Assim, a relação entre juventudes e política deve levar em conta “a confluência de dois processos”: “um processo de desinstitucionalização política e um processo de revinculação a domínios não institucionais” (AUGUSTO, 2008, p. 161). Nesses termos, o que é definido como “apatia”, “desinteresse”, “não envolvimento político” pode ser interpretado como “desinstitucionalização” e não necessariamente como despolitização. Ao mesmo tempo, as formas não convencionais de participação (inclusive nas redes sociais) podem ser compreendidas como “espaços de revinculação” (AUGUSTO, 2008, p. 162). Nessa mesma direção, o ceticismo presente no comportamento de jovens em relação aos partidos políticos e outras instituições importantes de um regime democrático não pode ser interpretado como um questionamento da democracia, pois não implica necessariamente desconfiança em relação ao regime democrático. O que se coloca é uma desconfiança em relação a determinados modelos de funcionamento do sistema democrático, principalmente quando esses modelos estão vinculados a valores que se diferenciam daqueles que os jovens defendem; ou, então, quando reproduzem práticas que não são aceitas socialmente (como, por exemplo, corrupção, jogos de interesses entre representantes políticos). Ademais, torna-se importante destacar que, como registram Castells e Gohn (anteriormente citados), a ação política dos jovens tem transitado em espaços não institucionais, a partir de novos repertórios de ação coletiva e com agendas políticas que nem sempre são contempladas pelas instituições tradicionais (partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais).

Para os fins da análise apresentada neste artigo, porém, uma terceira questão tem importância maior: a identificação política das juventudes, mais especificamente a presença de *uma identificação política negativa* no comportamento eleitoral dos jovens. Uma questão que está relacionada com a identificação partidária, mas que não pode ser reduzida a ela, pois, embora possa compreender rejeição partidária, a identificação política negativa abrange sentimentos e atitudes que decorrem da rejeição a valores sociais, políticos, culturais, quer esses valores se objetivem ou não na vida político-partidária e nos programas dos partidos políticos em momentos de disputas eleitorais. Nesse sentido, também deve ser entendida como manifestação do processo de individualização da política, que indica uma tendência de declínio do papel das instituições na construção de valores e de normas coletivas (ROUDET, 2004).

No Brasil, há uma vasta bibliografia que analisa a *identificação partidária*, contemplando aspectos relacionados à origem dessa identificação, sua relação com atitudes e comportamentos dos eleitores, seu declínio em “boa parte das democracias ocidentais nas últimas décadas”. Contudo, “bem menos desenvolvida no país é a discussão sobre identificação partidária negativa (ou sentimentos partidários negativos)” (RIBEIRO, CARREIRÃO, BORBA, 2016, p. 603).

Em princípio, a preocupação com a identificação partidária negativa decorre do próprio declínio da identificação com partidos políticos na estruturação da

decisão do voto. Embora, no Brasil, não se encontre consenso sobre esse declínio, pois há autores que argumentam que a correlação entre partidos e voto persiste no país, ainda que presente apenas em determinados grupos de eleitores, “para uma minoria politicamente sofisticada de eleitores” (PEREIRA, 2014, p. 238). Mais recentemente, no entanto, especialmente a partir do período em que o governo nacional foi assumido por uma frente política liderada pelo PT, se observou uma maior preocupação com a identificação partidária negativa, dado o próprio sentimento negativo que esse partido político desperta em determinados setores do eleitorado brasileiro (RIBEIRO, CARREIRÃO, BORBA, 2016).

Assim, o conceito de identificação partidária negativa vem sendo utilizado para enfatizar a importância da “rejeição a uma ou mais legendas” partidárias e a relação desse sentimento de rejeição nas decisões eleitorais (RIBEIRO, CARREIRÃO, BORBA, 2016). Há, entre os pesquisadores que trabalham com o conceito, o reconhecimento de que o debate sobre sentimentos partidários negativos já estava presente “nas origens do próprio conceito de identificação partidária”; mas que a rejeição a partidos políticos e a relação entre essa rejeição e comportamento eleitoral ganhou maior visibilidade num período mais recente, quando diferentes teóricos passaram a dar maior atenção aos “eleitores negativos”, aqueles “que indicam facilmente os partidos em que não votariam, mas não são capazes de apontar uma legenda em que poderiam votar” (RIBEIRO, CARREIRÃO, BORBA, 2016, p. 609).

Dentre esses pesquisadores encontram-se aqueles que analisam o sentimento partidário negativo a partir do antipetismo. Um fenômeno político que ganhou visibilidade ainda na década de 1980, quando o PT alcançou projeção nacional e, inclusive, teve seu candidato à presidência da República no segundo turno daquelas que foram as primeiras eleições diretas para o executivo nacional após o período ditatorial. Alguns desses pesquisadores, além de identificarem perfis dos eleitores antipetistas (características socioeconômicas, mas também valores políticos e ideológicos), se preocupam com a relação entre o sentimento antipetista e o comportamento eleitoral. Cesar Zucco e David Samuels, por exemplo, se utilizando de pesquisas sobre comportamento eleitoral e de perfis do eleitorado brasileiro (realizadas entre 1997 e 2006), argumentam que naquele período os eleitores antipetistas não eram conservadores, eram críticos das políticas econômicas dos governos liderados pelo PT, manifestavam sentimentos negativos em relação às práticas de corrupção envolvendo lideranças petistas, tinham atitudes contrárias às políticas afirmativas que beneficiam afro-brasileiros; e, o mais importante, tanto sentimentos antipetistas quanto sentimentos petistas influenciavam fortemente as decisões de voto de parcelas significativas do eleitorado (ZUCCO, SAMUELS, 2015).

O sentimento antipetista cresceu durante os governos liderados pelo PT (2003 – 2016), em especial a partir do primeiro governo de Dilma Rousseff (2011 – 2014), quando o modelo neodesenvolvimentista implementado por aqueles governos entrou em crise. As dificuldades enfrentadas pelo governo Rousseff, para encaminhar soluções para aquela crise, somadas e agravadas pelas denúncias de corrupção envolvendo lideranças políticas de diferentes partidos políticos (inclusive lideranças que ocupavam ou tinham ocupado cargos no governo e/ou

em empresas estatais), fragilizaram o apoio político e social do governo e impulsionaram o crescimento do sentimento de rejeição ao PT (PAIVA, KRAUSE, LAMEIRÃO, 2016; RIBEIRO, CARREIRÃO, BORBA, 2016).

Muitos dos trabalhos realizados sobre o sentimento antipetista e, considerando esse sentimento, sobre a identificação partidária negativa no Brasil, contemplam o período histórico que compreende os governos liderados pelo PT. Mas não somente isso, pois são trabalhos que, de modo geral, pressupõem que os partidos políticos estão estrategicamente colocados num lugar privilegiado na definição das identificações (e não identificações) político-eleitorais. Não dão a devida atenção, nesse sentido, ao processo de individualização dos comportamentos políticos, nem às mudanças no comportamento político dos brasileiros, manifestadas na conjuntura político-eleitoral das eleições de 2018.

Em relação à conjuntura político-eleitoral de 2018, é importante destacar que, em especial no segundo turno, os candidatos que disputaram o executivo nacional canalizavam sentimentos (positivos e negativos) que transcendiam os partidos políticos, vinculando-se a questões decorrentes da própria dinâmica do regime democrático iniciado no país na década de 1980, bem como das transformações ocorridas na sociedade brasileira desde então. Desde o primeiro governo de Dilma Rousseff, por exemplo, vivia-se no país uma crise política (em parte decorrente da crise econômica), mas com implicações jurídicas (na medida em que o próprio pacto democrático consagrado pela Constituição de 1988 passou a ser colocado em jogo), societárias (dadas as fissuras frequentes nas relações interpessoais, em parcelas importantes da sociedade) e culturais (pois os conflitos passaram a compreender também choques e disputas identitários, de valores e de comportamentos).

Fernando Haddad, embora candidato do PT, não foi apenas um candidato do PT. Quando chegou ao segundo turno, sua candidatura se colocou como uma possibilidade de evitar o aviltamento das frágeis instituições do regime democrático construído no país (de cima para baixo). Para muitos de seus eleitores, não estava colocada a possibilidade de uma identificação político-partidária; e, nesse sentido, a motivação de votar em sua candidatura resultou da construção de uma percepção quanto aos potenciais riscos que Jair Bolsonaro representava naquelas eleições. É nesse sentido que o movimento “#EleNão” (mesmo que liderado por mulheres e decorrente, principalmente, de manifestações do próprio Bolsonaro – manifestações homofóbicas, misóginas, de desrespeito às mulheres e à população negra) ganhou um significado amplo nas linguagens eleitorais que se objetivaram nas redes sociais e nas expressões visuais das mobilizações de rua. Não se tratava apenas, como a campanha eleitoral do PT tentava implacar, de um movimento de interrupção de um “golpe”, “arquitetado pela direita no país”, que passou pelo impeachment de Dilma Rousseff, teve continuidade no governo Temer e que se consolidaria com a eleição de Jair Bolsonaro. Para muitos, votar em Haddad (e o PT soube fazer essa leitura e utilizá-la como estratégia eleitoral) significa não avançar num processo político comprometido com valores antidemocráticos e que, inclusive, poderia colocar em risco o regime democrático no país. Foi um voto contra essa possibilidade, mas também contra os riscos que a candidatura Bolsonaro representava para diferentes agendas sociopolíticas, cujos avanços alcançados

nas últimas décadas ocorreram não somente no âmbito institucional, mas também no âmbito da definição de normas e valores coletivos na sociedade (como são os casos das agendas dos movimentos feministas e LGBTQIAP+). Não é demais dizer, nesse sentido, que a votação de Haddad também compreendeu um “voto constrangido”, de quem não aceitava facilmente a ideia de que o PT foi vítima de um golpe (o que implicava, inclusive, relativizar as denúncias de corrupção nos governos liderados pelo partido), de quem avaliava criticamente os resultados dos “anos de PT” no país e de quem tinha dúvidas quanto à possibilidade de superação dos equívocos num possível novo governo liderado pelo PT.

Jair Bolsonaro, ao se candidatar à presidência da República, escolheu um partido até então pouco significativo, se apresentou como crítico da “velha política”, admirador do regime ditatorial, representante daqueles que repudiam a vida político-partidária e suas relações com práticas de corrupção, prometendo uma “limpeza da sociedade e dos corruptos esquerdistas”. E, o mais importante, conseguiu canalizar em torno de seu nome um processo social de alcance muito mais amplo do que as disputas partidárias e eleitorais, de grande visibilidade no Brasil já a partir do primeiro governo de Dilma Rousseff (2011 – 2014); um processo social que se objetivou numa “onda conservadora” no país, estruturada em “pelo menos quatro linhas de forças sociais: economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante” (ALMEIDA, 2019, p. 185-6).

Seja por compromissos construídos ao longo de sua carreira enquanto político profissional, seja por estratégias adotadas ao longo do processo eleitoral, Bolsonaro articulou essas linhas de forças sociais, visando aglutinar em torno de seu nome o sentimento antipetista, mas, ao mesmo tempo, potencializar um sentimento favorável a mudanças a partir dos valores sociais e políticos nelas implicados. Em relação à linha “econômico liberal”, nesse sentido, Bolsonaro canalizou um sentimento crítico (principalmente em setores das classes médias) às políticas de proteção social desenvolvidas durante os governos liderados pelo PT; mesmo reconhecendo alguns benefícios, esses setores sociais entendiam que essas políticas geravam acomodação das pessoas, fidelização partidária, desvalorização da ideia de meritocracia (ALMEIDA, 2019, p. 207). Em relação à linha “moralmente reguladora”, Bolsonaro agregou em torno de si sentimentos e interesses sociais e religiosos, com forte participação das igrejas, contrários a mudanças (alcançadas a partir da “redemocratização”) em direitos sexuais e reprodutivos, e favoráveis a uma ação reguladora, através das instituições estatais, visando inclusive frear mudanças sociais e culturais já em curso na sociedade brasileira (ALMEIDA, 2019, p. 208). Em relação à terceira linha, Bolsonaro aglutinou posicionamentos favoráveis à violência do Estado sobre a população (criminosa ou não), como forma de enfrentamento da insegurança vivenciada especialmente por setores das populações residentes nas regiões metropolitanas do país (ALMEIDA, 2019, p. 209). Por fim, em relação à quarta linha, o próprio comportamento de Bolsonaro (suas manifestações de falta de empatia e de intolerância, seja em relação a pessoas, seja em relação a movimentos sociais e partidos políticos) colocou-se como expressão de um sentimento coletivo de intolerância, de afirmação de uma cultura de ódio na política, que se manifestou na estigmatização de políticos, na criminalização de

movimentos sociais, na intolerância em relação a pessoas identificadas com determinadas agendas políticas e com os partidos de esquerda (ALMEIDA, 2019, p. 210).

Portanto, o que estava em jogo nas eleições presidenciais de 2018 não era apenas uma identificação (ou não identificação) com um partido político. Não era apenas a avaliação de um período no qual uma frente política liderada pelo PT esteve à frente do executivo nacional (embora essa condição tenha sido utilizada no debate político-eleitoral). Não era apenas um programa político de retomada do crescimento econômico e de políticas de desenvolvimento do capitalismo no país, seja esse modelo comprometido com uma perspectiva neoliberal ou uma perspectiva neodesenvolvimentista. Mais do que isso, aquelas eleições também motivaram conflitos e disputas em torno de valores e normas coletivas, constituídas em um contexto de declínio da importância das instituições políticas, inclusive dos partidos políticos. E é nesse sentido, portanto, que neste artigo se considera o conceito de *identidade política negativa*, como expressão de sentimentos, interesses e motivações cujas orientações não se restringem pela e na relação (positiva ou negativa) com um ou mais partidos políticos.

2 O comportamento eleitoral dos estudantes de graduação da UNISC no segundo turno das eleições de 2018.

As eleições gerais de 2018 foram realizadas em dois turnos. No primeiro turno, além da definição dos deputados (estaduais e federais) e dos senadores para os mandatos que se iniciaram em 2019, também foram definidos os candidatos que disputaram o segundo turno para governador (naqueles estados em que um candidato não alcançou mais de 50% dos votos válidos) e para presidente da República.⁴ Como, no Rio Grande do Sul, nenhum candidato ao executivo estadual alcançou mais de 50% dos votos válidos, no segundo turno daquelas eleições os eleitores gaúchos votaram tanto para governador quanto para presidente. No primeiro caso, escolheram entre Eduardo Leite (PSDB – Partido da Social Democracia do Brasil) e José Ivo Sartori (PMDB – Partido do Movimento Democrático do Brasil); e, no segundo caso, entre Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT).

Antes de analisar as intenções de voto dos jovens universitários, é importante considerar alguns dados relacionados aos vínculos partidários por eles indicados. Os quadros a seguir apresentam esses dados, considerando perguntas propostas no questionário aplicado, sobre filiação partidária, preferência partidária e motivação das escolhas eleitorais. São dados que indicam, em primeiro lugar, que uma grande maioria (86,4%) não era filiada a nenhum partido político; nesse sentido, um indicador de “desinstitucionalização” partidária e, portanto, da importância relativa dos partidos no processo de socialização política dos jovens universitários (Quadro 01).

⁴ Segundo as regras eleitorais vigentes no Brasil, tanto para os executivos estaduais quanto para o executivo nacional, as eleições se definem em primeiro turno caso um candidato alcance mais de 50% dos votos válidos.

QUADRO 01: Jovens Universitários, por filiação partidária.

Jovens Universitários	n.	%
Você é filiado a algum partido?		
Sim	22	13,0
Não	146	86,4
Não sabe/não respondeu	01	0,6
TOTAL	169	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O distanciamento em relação aos partidos políticos ficou evidenciado, também, através das preferências partidárias, pois aproximadamente metade dos jovens universitários declarou que não tinha nenhuma preferência partidária (Quadro 02).

QUADRO 02: Jovens Universitários, por preferência partidária.

Jovens Universitários	n.	%
Qual é o seu partido de preferência?		
Partido dos Trabalhadores	23	13,6
Partido Social Liberal	12	7,1
Partido Socialismo e Liberdade	08	4,7
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	07	4,1
Partido NOVO	08	4,7
Partido Democrático Brasileiro	08	4,7
Outros partidos	09	5,3
Não tem preferência	88	52,1
Não sabe/não respondeu	06	3,6
TOTAL	169	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A não filiação partidária e não preferência (declarada por um grupo significativo) por algum partido, se expressa também no comportamento eleitoral dos jovens universitários. Assim, quando foi perguntado quais motivos orientavam suas decisões eleitorais, embora 21% tenha indicado que escolhiam seus candidatos pela “identificação com o partido do candidato”, as maiores indicações foram “identificação com a pessoa do candidato”, “pelo interesse de evitar que um determinado candidato seja eleito” e “expectativas de mudanças”; motivações essas apontadas por aproximadamente 40% dos estudantes pesquisados (Quadro 03).

QUADRO 03: Jovens Universitários, por motivação nas decisões eleitorais.

Jovens Universitários	n.	%
A decisão de seu voto nas últimas eleições foi motivada por:		
Identificação com a pessoa do candidato	72	42,7
Identificação com o partido do candidato	36	21,1
Pelos resultados das pesquisas eleitorais	03	1,7
Pelas influências de amigos/familiares/conhecidos	07	4,1
Pelo interesse de evitar que um determinado candidato seja eleito	68	40,4
Pela expectativa de mudanças	72	42,8
Pelas informações que recebeu nas redes sociais	03	1,7
Pela defesa de valores políticos	29	16,9
Outro	07	4,1
Não sabe/não respondeu	07	4,1
Total	304	179,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

As motivações nas decisões eleitorais ficaram mais evidenciadas quando os universitários responderam às perguntas relacionadas às suas intenções de voto (no segundo turno das eleições de 2018) e às justificativas de suas escolhas. As perguntas apresentadas no questionário foram as seguintes: a) “Se o segundo turno das eleições para presidente da República fosse hoje, em quem você votaria?”; b) “Você poderia dizer por que votaria dessa forma?”; c) “Se o segundo turno das eleições para governador fosse hoje, em quem você votaria?”; d) “Você poderia dizer por que votaria dessa forma?”.

As respostas dos universitários indicaram que, sob o ponto de vista da disputa para governador, o maior grupo deles votaria, naquele momento, no candidato Eduardo Leite: 34,3% afirmaram que votariam em Eduardo Leite, enquanto 29% afirmaram que votariam em José Ivo Sartori (Quadro 04).⁵

QUADRO 04: Jovens Universitários, por intenção de voto para o governo do Rio Grande do Sul (segundo turno das eleições de 2018).

Jovens Universitários	n.	%
Intenção de voto		
José Ivo Sartori	49	29,0
Eduardo Leite	58	34,3
Anularia o voto	22	13,0
Votaria em branco	05	3,0

⁵ Considerando-se somente os “votos válidos” (ou seja, tirando os que não responderam e os que afirmaram que ou votariam em branco, ou anulariam, ou que ainda estavam indecisos), Eduardo Leite recebeu 54,2% e José Ivo Sartori 45,8% das intenções de voto dos estudantes. Resultados, nesse sentido, muito próximos daqueles que, efetivamente, as urnas registraram naquele segundo turno, quando Eduardo Leite alcançou 53,62% e José Ivo Sartori 46,38% dos votos válidos (TSE/RS, 2018).

Indeciso	24	14,2
Não respondeu	11	6,5
TOTAL	169	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Dentre as justificativas apresentadas pelos estudantes, na definição da intenção de voto no segundo turno daquelas eleições para governador, seis questões se destacaram, sintetizando diferentes valores políticos que foram mobilizados no momento em que definiram suas escolhas: 1. A capacidade de gestão do candidato; 2. O desejo de mudanças; 3. A intenção de evitar a vitória do candidato não escolhido; 4. A continuidade do governo; 5. Os atributos pessoais do candidato; 6. As posições político-ideológicas (Quadro 05).

QUADRO 05: Jovens Universitários, por justificativas das intenções de voto para Governador (segundo turno das eleições de 2018).

Jovens Universitários Justificativas	n.	%
Capacidade de gestão do candidato	32	18,9
Desejo de mudanças	18	10,7
Para evitar a vitória do outro candidato	12	7,1
Continuidade do governo	10	5,9
Atributos pessoais do candidato	32	18,9
Posição político-ideológica	26	15,4
Não justificou	39	23,1
TOTAL	169	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Como pode ser observado, um grupo significativo não justificou a escolha indicada: 23,1% não justificaram suas indicações. Deve-se considerar que muitos estudantes ou não responderam ou estavam indecisos quanto a quem votar para governador; e quase todos esses estudantes não justificaram seus posicionamentos naquele momento. Dentre os que justificaram suas escolhas, as justificativas mais relevantes foram: “capacidade de gestão do candidato”, “atributos pessoais do candidato” e “posição político-ideológica”. Essas três indicações, nesse sentido, merecem maior atenção.

A *capacidade de gestão do candidato* foi mais indicada pelos estudantes que declararam voto em José Ivo Sartori: 34,7% dentre esses e apenas 5,2% dentre os que declararam voto em Eduardo Leite justificaram suas escolhas indicando a “capacidade de gestão do candidato”. Esse é um dado importante, principalmente se considerado que Eduardo Leite foi prefeito do município de Pelotas, de onde saiu com alto índice de aprovação, e utilizou essa avaliação positiva de sua experiência de gestão como capital político acumulado. Dentre os estudantes que declararam a intenção de votar em Eduardo Leite, porém, as

principais justificativas foram: os “atributos pessoais do candidato” e o “desejo de mudança” no governo gaúcho.

Assim, a *capacidade de gestão do candidato* ganhou evidência devido, principalmente, as justificativas dos estudantes que declaram intenção de voto em José Ivo Sartori. Foram esses que destacaram a “capacidade de administrar” de Sartori e a importância da continuidade do governo como forma de melhorar ainda mais essa capacidade de gerenciamento do Estado.

“Eu votarei no Sartori por que entrou com o Estado em crise e, apesar de tudo, vem pagando os salários, mesmo que parcelados. Acredito que irá melhorar a situação no próximo mandato” (Estudante de Psicologia).

“Voto no governador por que, apesar de ser muito criticado, ele está realizando o NECESSÁRIO para estabilizar a economia de nosso estado, que está degradada por causa da gestão anterior” (Estudante de Odontologia. Grifo no original).

“O Sartori está certo em querer fazer o ajuste fiscal no Estado. Não adianta gastar sem ter recursos. Então, acredito que ele, a partir de agora, terá tempo para investir” (Estudante de Administração).

“Eu voto no Sartori por que ele tem conhecimento das contas atuais do Estado e noção em gestão para não se gastar mais do que recebe, aliado a um plano de recuperação fiscal” (Estudante de Engenharia Civil).

Os *atributos pessoais do candidato* foram indicados tanto por estudantes que declararam intenção de voto em Eduardo Leite quanto por aqueles que declararam que votariam em José Ivo Sartori. Ainda que dentre os potenciais eleitores de Eduardo Leite essa justificativa tenha aparecido com maior evidência: 18,4% dentre os que declararam intenção de voto em José Ivo Sartori e 27,6% dentre os que afirmaram que votariam em Eduardo Leite.

Eduardo Leite foi destacado pelo seu “espírito de juventude”, pelo seu interesse em “manter-se atualizado”, pela sua “competência técnica”:

“Eu votaria no Eduardo Leite por que ele está muito bem preparado, estuda administração pública, tem propostas de reformas no Estado e eu acho que ele melhorará a gestão pública do Estado” (Estudante de Administração).

“Votarei no Eduardo Leite por que ele representa mudança agora; é um cara novo, está preparado, tem conhecimento de

gestão e foi um bom prefeito em Pelotas” (Estudante de Administração).

E José Ivo Sartori por sua “seriedade”, por ter “bom caráter”, pelo seu “jeito simples”, por “transmitir confiança”:

“Votarei no atual governador. Acho ele um cara com bom caráter” (Estudante de Serviço Social).

“Votarei no Sartori por que ele me transmite confiança” (Estudante de Direito).

Por fim, a *posição político-ideológica* (que apareceu tanto como justificativa de escolha de um dos dois candidatos quanto nas justificativas de voto nulo ou branco) expressou o posicionamento de quem, no primeiro turno, votou em candidatos que não conseguiram chegar ao segundo turno, mas também a não identificação política com nenhum dos dois candidatos. As manifestações registradas a seguir, nesse sentido, são ilustrativas:

“Se as eleições fossem hoje eu anularia o voto, pois nenhum dos candidatos me representa; os dois têm o mesmo projeto de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul e são de direita” (Estudante de Jornalismo).

“Eu votaria em branco. Eu não votei em nenhum deles no primeiro turno e não me identifico com nenhum deles. Os partidos deles já estão no governo e estão fazendo um governo ruim” (Estudante de Publicidade e Propaganda).

“Votaria em branco. Partidos corruptos que dominam o país, neoliberais” (Estudante de Geografia).

“Anularia o voto. Por que são duas faces da mesma moeda: política de privatizações e de isenções fiscais para grandes empresas” (Estudante de História).

Toda disputa político-eleitoral apresenta questões conjunturais, que condicionam os posicionamentos político-eleitorais. No caso das eleições de 2018 para o executivo gaúcho é importante destacar que José Ivo Sartori concorreu à reeleição; de certa forma, uma situação que atribuiu àquela eleição um caráter plebiscitário em relação ao governo que se encaminhava para o seu término. Há de se considerar, também, que em eleições “casadas”, como afinal ocorreu no segundo turno daquelas eleições no Rio Grande do Sul, os resultados “nem sempre são solteiros”. José Ivo Sartori, por exemplo, procurou aproximar-se de Jair Bolsonaro (do que surgiu, inclusive, a expressão “Sartonaro”), tendo em vista

que as pesquisas eleitorais indicavam uma preferência do eleitorado gaúcho naquele candidato ao executivo nacional.

O que os dados do levantamento realizado mostram é que, além das questões conjunturais, também aquelas que expressam valores constituídos nas dinâmicas de socialização política povoam o imaginário e as práticas eleitorais. No caso dos jovens universitários pesquisados, valores vinculados à “capacidade de gestão”, aos atributos pessoais dos candidatos, mesmo à identificação político-ideológica, são mobilizados nos momentos de construção de suas preferências político-eleitorais. Essa última questão, inclusive, ganha ainda maior importância se considerado que, no segundo turno das eleições presidenciais de 2018, a identificação político-eleitoral não resultou tanto de uma percepção de positividade no candidato escolhido (uma definição programática, portanto, resultante da concordância com as propostas, com os programas, com as concepções políticas e ideológicas de um candidato), mas, também pela recusa, pela resistência, mesmo pela ojeriza em relação ao candidato que não se pretendia votar.

Claro que a identidade política sempre é resultado de uma afirmação negadora e de uma negação afirmadora. O indivíduo se identifica com determinada concepção através de uma relação de negação com uma outra concepção (ou com outras concepções). No entanto, é importante enfatizar que, no contexto das eleições de 2018, os eleitores não necessariamente foram motivados por uma identificação política com um candidato. Essa foi uma decisão, muitas vezes, tomadas em função do desejo, do interesse, da expectativa de que um dos dois candidatos não se elegeisse.

No caso das eleições para o governo gaúcho, como indicado, entre os estudantes pesquisados essa motivação não foi a mais importante. Mas esteve presente. E esteve presente principalmente em estudantes que afirmaram que votariam em Eduardo Leite, para impedir a reeleição de José Ivo Sartori. “Votarei em Eduardo Leite”, indicou um estudante, “por que não é possível compactuar com um candidato que fez uma má gestão, apresentada no seu mandato que envolveu falta de incentivos à educação e venda de setores estratégicos” (Estudante de Relações Internacionais). Mas esteve presente também entre os potenciais eleitores de José Ivo Sartori que, mobilizados por sua estratégia eleitoral (de vincular-se ao “sentimento anti-PT”, encarnado em Jair Bolsonaro), indicaram que votariam nele por uma suposta identificação de Eduardo Leite com o PT: “Eu voto no Sartori. Não apoio o PT e o adversário está apoiando. Houve falhas no atual mandato do Sartori, mas é um bom governador” (Estudante de Ciências Contábeis).

Se essa questão não esteve muito presente dentre as justificativas de intenção de voto para governador, ela ganhou muito importância nas justificativas de intenção de voto para presidente da República. Antes dessa análise, no entanto, é importante indicar essas intenções de voto. Os dados do levantamento, considerando a margem de erro considerada, não destoaram muito do que se observou nas urnas, pois Jair Bolsonaro obteve 63,24% e Haddad 36,76% dos votos válidos dos gaúchos (TRE, 2018), enquanto que, dentre os estudantes que indicaram a intenção de votar num dos dois candidatos, esses índices foram de

56,7% e 43,3%, respectivamente (diferenças que ficaram, portanto, nos limites da margem de erro da pesquisa) (Quadro 06).

QUADRO 06: Jovens Universitários, por intenção de voto para Presidente da República (segundo turno das eleições de 2018).

Jovens Universitários Intenção de voto	n.	%
Jair Bolsonaro	80	47,3
Fernando Haddad	61	36,1
Anularia o voto	07	4,1
Votaria em branco	06	3,6
Indeciso	11	6,5
Não respondeu	04	2,4
TOTAL	169	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Para fins da análise proposta neste artigo, as justificativas apresentadas pelos estudantes na escolha de um dos dois candidatos à presidência da República têm maior importância. Isso porque aproximadamente a metade dos estudantes votou num candidato para evitar a eleição do outro. Seguiram, portanto, uma tendência presente no segundo turno daquelas eleições presidenciais, em todo o país, quando um “sentimento de rejeição” (o “antipetismo” e o “antibolsonarismo”) foi fundamental na definição do comportamento eleitoral dos brasileiros (Quadro 07).

QUADRO 07: Jovens Universitários, por justificativas das intenções de voto para Presidente da República (segundo turno das eleições de 2018).

Jovens Universitários Justificativas	n.	%
Plano de governo do candidato	15	8,9
Defesa da democracia	06	3,6
Evitar a eleição do outro candidato	82	48,5
Mudança	20	11,8
Atributos pessoais do candidato	17	10,1
Posição ideológica	10	5,9
Não justificou	10	5,9
Outra justificativa	06	3,5
Não respondeu	03	1,8
TOTAL	169	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Dentre os estudantes que declararam a intenção de votar em Jair Bolsonaro, dois grupos se destacaram: os que enfatizaram o sentimento antipetista e os que, também motivados por esse mesmo sentimento, manifestaram um “desejo de mudança”.

“Bolsonaro. É uma esperança de mudança, de fim da corrupção e de um novo período para o País (Estudante de Engenharia Mecânica).

“Bolsonaro. Eu acho que ele tem posições novas, não está envolvido com corrupção e não concorda com as políticas econômicas dos governos do PT que quebraram o País” (Estudante de Engenharia Mecânica).

“Bolsonaro. Não governa para minorias que querem benefícios; acredita num governo com estado mínimo; ficha-limpa; capitalista e patriota” (Estudante de Ciências Econômicas).

“Bolsonaro. Por ser a melhor escolha em relação ao candidato do PT, partido que é uma quadrilha com inúmeros presos e denunciados por corrupção” (Estudante de Engenharia Civil).

“Bolsonaro. Vou votar no Bolsonaro por que acredito que é o candidato que representa a mudança, pois o PT já governou durante anos e o resultado é o que estamos passando” (Estudante de Engenharia Civil).

“Bolsonaro. Jamais votaria no PT, depois da operação Lava Jato, onde a maioria de seus líderes foram condenados por desvio de bilhões de reais e por estar sendo apoiado por partido comunista, onde é favorável o aborto e princípios contra a família” (Estudante de Administração).

“Bolsonaro. Por não me abster da responsabilidade que é o voto, e por que não votaria no partido que quebrou nosso país, com políticas sociais que só serviram para desvios de recursos” (Estudante de Odontologia).

Por outro lado, dentre os estudantes que declaram a intenção de votar em Fernando Haddad, o antibolsonarismo se destacou como justificativa da escolha. Nem sempre, portanto, a intenção de voto decorreu do interesse favorável à continuidade dos governos liderados pelo PT; a identificação de valores antidemocráticos com Bolsonaro, assim, foi fundamental para a escolha de Haddad.

“Haddad. Voto estratégico para evitar o louco, racista, machista e opressor, defensor da ditadura. Acredito no plano de Haddad,

de atuação estatal para desenvolver o país, e creio na importância das questões sociais” (Estudante de Relações Internacionais).

“Haddad. Diante do cenário do segundo turno, creio que será a melhor opção para que a democracia e o Estado de Direitos (igualitários) sejam mantidos. Ademais, a política externa me parece mais pacífica e menos radical” (Estudante de Relações Internacionais).

“Haddad. Tanto Haddad quanto Bolsonaro são candidatos ruins para o Brasil, porém escolho Haddad por ter medo do Bolsonaro ganhar, pois ele é homofóbico, preconceituoso e contra as mulheres” (Estudante de Secretariado Executivo).

“Haddad. Não sou a favor 100% do candidato nem do partido, mas devido as circunstâncias e o candidato opositor, sinto-me obrigado a votar no candidato segundo, e evitar o pior, que é o candidato um vencer” (Estudante de Psicologia).

“Haddad. Pois de maneira alguma quero que o Bolsonaro seja o Presidente, não considero que o Haddad seja perfeito, mas neste momento é o melhor” (Estudante de Psicologia).

“Haddad. Todos menos Bolsonaro. Este cidadão vai contra todos os meus princípios. Haddad é só amor” (Estudante de Psicologia).

Portanto, os dados relacionados às intenções de voto para presidente da República indicaram que a principal motivação na escolha de um dos candidatos decorreu de um sentimento de rejeição. Por um lado, o antipetismo, expressão de um sentimento de negação da “política tradicional” (considerada como espaço de corrupção) e de rejeição aos governos liderados pelo PT, que foi fortemente disseminado e incentivado, tanto nos meios de comunicação de massa quanto nas redes sociais, desde o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Por outro lado, o antibolsonarismo expresso nas campanhas do “#EleNão”, que apostaram em Fernando Haddad não necessariamente por uma confiança positiva (relacionada à identificação política, ideológica, programática com o candidato petista), mas pelo interesse de evitar a eleição de Bolsonaro e sua agenda política (identificada com valores conservadores e antidemocráticos, tanto em relação às pautas morais e de costumes, quanto em relação às pautas sociais e econômicas). A participação das redes sociais naquele contexto político-eleitoral, lado a lado à ausência de debates públicos (pois Bolsonaro se negou a participar dos debates eleitorais) e da polarização exacerbada que se configurou no país, contribuíram para a formação de bolhas de informação e para a disseminação de informações falsas/notícias difamatórias, desqualificando o debate político e fortalecendo a cultura de rejeição política.

Considerações finais.

Os dados apresentados, evidentemente, não permitem avaliar o alcance dos sentimentos político-eleitorais de jovens universitários pesquisados, nem a estabilidade que esses sentimentos podem ter quando se considera a discussão sobre comportamento político-eleitoral de jovens no Brasil. No entanto, algumas questões podem ser destacadas, a partir dos dados analisados e da bibliografia considerada.

Uma primeira questão está relacionada à participação sociopolítica dos jovens universitários. Sobre essa questão, os dados apresentados não permitem conclusões precisas. De qualquer forma, os índices relacionados à filiação partidária e à preferência partidária indicam a importância de análises que se preocupem com formas não necessariamente institucionalizadas de participação. Essas formas ganham ainda maior importância num momento em que as tecnologias informação e as redes sociais criam diferentes possibilidades de ativismo social e de construção de identidades sociopolíticas. Não se trata, evidentemente, de colocar as redes sociais como panaceias das mobilizações coletivas nas sociedades contemporâneas, mas de considerá-las (não como um dado, portanto, mas como uma questão a ser investigada) como espaços que ganham importância nas dinâmicas de socialização e, nesse sentido, de participação sociopolítica de jovens.

Uma segunda questão está relacionada ao processo de individualização no comportamento político de jovens. Mesmo que os dados não sejam definitivos, a análise apresentada permite colocar como objeto de reflexão a possibilidade de uma dinâmica de distanciamento em relação aos partidos políticos. Distanciamento que, como indicado no texto, não pode ser analisado, necessariamente, como apatia, desinteresse, não envolvimento político, nem como um indicador de desconfiança em relação ao regime democrático. Antes e numa outra direção, trata-se de investigar a possibilidade de esse distanciamento ser expressão de dinâmicas de desinstitucionalização da política e de revinculação a domínios não institucionais; ou, então, a dinâmicas de vinculação a outros domínios institucionais, que então ganham importância na construção de movimentos de socialização política, inclusive das representações acerca das instituições democráticas.

A terceira questão está diretamente relacionada ao objetivo principal da análise apresentada: o processo político que levou os jovens universitários pesquisados à definição de seus votos no segundo turno das eleições de 2018 e a possibilidade dessa definição ter sido orientada por uma identificação política negativa. Em relação a essa questão, então, é preciso que se enfatize diferentes pontos que os dados analisados permitiram indicar. O primeiro está relacionado aos vínculos dos jovens universitários com os partidos políticos, sobre o que os dados analisados permitem concluir que havia uma baixa filiação partidária, uma parcela significativa que não tinha preferência partidária e, como corolário, uma fraca relação entre identidade partidária e definição do voto. Observe-se, inclusive, que “identificação com a pessoa do candidato”, “interesse de evitar que

um determinado candidato se eleja” e “expectativas de mudanças” foram os principais motivadores de decisão de voto dentre os jovens universitários pesquisados. Um segundo ponto está relacionado às motivações para os votos no segundo turno das eleições de 2018, quando se observou que, de fato, para parcelas significativas dos jovens universitários uma identidade política negativa foi fundamental. A definição de uma atitude “antipetista” ou “antibolsonarista”, no entanto, não traduz precisamente a complexidade dessa identidade negativa política. Isso por que, dentre os potenciais eleitores de Jair Bolsonaro, se observou uma tendência maior de um antipartidarismo (o antipetismo), expressão de uma identificação crítica, de recusa, mesmo de repulsa a um projeto político que, naquelas eleições, se objetivava no candidato indicado pelo PT (pois, independentemente de quem fosse o candidato desse partido, a rejeição se colocaria da mesma forma). No entanto, dentre os eleitores de Haddad, a não identificação não se restringiu a um partido, mas se vinculou muito à própria pessoa de Bolsonaro (pelos valores que ele, através de seu comportamento político, defendia) e ao projeto político (compreendendo aí normas, valores, representações) por ele defendido, identificado como um projeto político que, se vencedor, colocaria em risco avanços democráticos importantes e, inclusive, o próprio regime democrático no país.

Ao final, pode-se afirmar que diferentes questões ficam abertas a partir da análise apresentada. Questões relacionadas à participação sociopolítica de jovens universitários, bem como aquelas que se relacionada ao processo de individualização em seus comportamentos políticos, precisam ser problematizadas levando-se em conta a dinâmica de expansão das tecnologias de informação e das redes sociais (certamente aceleradas com a pandemia da Covid-19, a partir de 2020), inclusive com atenção aos espaços locais e regionais, localizados foram das regiões metropolitanas do país, como é o caso das experiências espaciais dos estudantes universitários considerados. Mas fica aberta, também, a questão relacionada à identificação política dos jovens universitários, principalmente se considerado que, após quatro anos de governo (consequente com a “onda conservadora” que já nas eleições de 2018 defendeu), Bolsonaro novamente disputou o segundo turno das eleições presidenciais de 2022, agora concorrendo com o principal líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, tendo perdido por uma margem muito pequena de votos (Luís Inácio Lula da Silva fez 50,90% dos votos no Brasil, contra os 49,10% de Jair Bolsonaro; no Rio Grande do Sul, Bolsonaro fez 56,35% dos votos, enquanto Lula fez 43,65%) (G1, 2023). Os quatro anos de governo Bolsonaro, nesse sentido, contribuíram para uma maior identificação de seus eleitores com o seu projeto político, diminuindo entre eles a identidade política negativa como condição definidora do voto?

Referências.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, p. 185-213, jan./abr. 2019.

AUGUSTO, Nuno Miguel. A juventude e a (s) política (s): Desinstitucionalização e individualização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 81, p. 155-177, 2008.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; Maria Cecília de Souza. Revisão Sistemática Sobre Juventude e Participação nos Últimos 10 anos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009.

BOITO JR., Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. São Paulo: FGV, 2012. In:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>

AUTOR 1. **Cultura política e valores democráticos entre estudantes universitários**: uma análise a partir de estudantes universitários no contexto das eleições presidenciais de 2018. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2018. (Relatório de Pesquisa).

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, ANPed, n. 24, p. 40-52, set./out./nov./dez. 2003.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na Política na Atualidade: uma nova cultura de participação. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, jan./abr. 2018.

NO RS, Bolsonaro faz 56,35% votos e Lula soma 43,65%. **G1**. In: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/votacao-bolsonaro-lula-segundo-turno-rs.ghtml>. Consulta em: 22. fev. 2023.

PAIVA, Denise; KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana Paz. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 638-674, dez. 2016.

PEREIRA, Frederico Batista. A estabilidade e a efetividade da preferência partidária no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 13, p. 213-244, jan./abr. de 2014.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 603-637, dez. 2016.

ROUDET, Bernard. Entre responsabilisation et individualisation: Les évolutions de l'engagement associatif. **Lien Social et Politiques**, n. 51, p. 197-210, 2004.

TSE/RS. **Eleições gerais 2018**. In: <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes/2018>. Consulta em: 18 fev. 2023.

ZUCCO, C.; SAMUELS, D. Partisans, anti-partisans and voting behavior in Brazil, 2015 (work in progress). Disponível em: <https://www.cesar.zucco | FGV - Professores>. Consulta em: 22 jan. 2023.

Licencia Creative Commons Attribution
Non-Comercial 3.0 Unported (CC BY-
NC 3.0) Licencia Internacional



**CUADERNOS DE SOFÍA
EDITORIAL**